



NOVO REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

Foi publicado no passado dia 14 de Setembro de 2009 o Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, através do qual se procede à regulamentação do regime das depreciações e amortizações, revogando o Decreto-Regulamentar 2/90.

O novo regime surge na sequência das alterações recentemente introduzidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), com o intuito de o adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao enquadramento contabilístico resultante da entrada em vigor, já em Janeiro de 2010, do Novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Não obstante, o novo enquadramento das depreciações e amortizações não quebra com o anterior regime agora revogado, mantendo, no essencial, a estrutura e os seus elementos essenciais, nomeadamente, as taxas actualmente em vigor.

Desde logo, o CIRC continua a estabelecer de forma minuciosa os elementos essenciais das depreciações e amortizações, nomeadamente, definindo quais os bens depreciáveis e amortizáveis, a respectiva base de cálculo e os métodos aceites para efeitos fiscais, remetendo para este decreto-regulamentar o desenvolvimento do regime.

Importa, pois, analisar as novidades introduzidas por este novo diploma e quais as mais-valias que as mesmas podem trazer no desenvolvimentos dos projectos das empresas e do seu crescimento.

De acordo com o novo enquadramento agora aprovado, a dedutibilidade fiscal das depreciações e amortizações deixa de estar dependente da respectiva contabilização como custo no mesmo período de tributação, passando a permitir-se que as mesmas sejam aceites quando tenham sido contabilizadas como custos nos períodos de tributação anteriores, desde que não fossem dedutíveis por excederem as quotas máximas admitidas.

Outra das novidades a salientar neste novo regime legal das depreciações e amortizações consiste na inclusão no custo de aquisição ou de produção de bens depreciáveis ou amortizáveis, de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável, dos custos de empréstimos obtidos para a aquisição ou produção desses mesmos bens, incluindo diferenças de câmbio a eles associados, quando respeitarem ao período anterior à sua entrada em funcionamento ou utilização, desde que este seja superior a um ano.

Foi publicado no passado dia 14 de Setembro de 2009 o Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, através do qual se procede à regulamentação do regime das depreciações e amortizações, revogando o Decreto-Regulamentar 2/90.

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers Europe Excellence 2009, IFLR Awards 2006 & Who's Who legal Awards 2006, 2008, 2009

“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”
ACQ Finance Magazine, 2009

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”
Clients Choice Award - International Law Office, 2008

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”
International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008

Prémio Mind Leaders Awards™
Human Resources Suppliers 2007

Por último, importa referir que, embora o decreto-regulamentar agora aprovado entre em vigor em 1 de Janeiro de 2010, por motivos de segurança jurídica preve-se um regime transitório aplicável aos bens que estejam a ser amortizados aquando da entrada em vigor no novo regime, de acordo com o qual estes bens continuam a beneficiar do regime ora revogado.

De igual forma, é eliminada a exigência de diferimento, durante um período mínimo de três anos, das diferenças de câmbio desfavoráveis relacionados com os activos correspondentes ao período anterior  sua entrada em funcionamento, dos encargos com campanhas publicitárias e das despesas com emissão de obrigações.

No que diz respeito a bens imóveis, o novo enquadramento legal estabelece,  semelhança do anterior regime, que o valor a considerar para cálculo das respectivas quotas de depreciação exclui o valor dos terrenos ou, tratando-se de terrenos de exploração, exclui a parte do respectivo valor não sujeita a depreciação. No entanto, e contrariamente ao anterior diploma, o novo regime vem eliminar a exigência de evidenciar de forma separada na contabilidade a parte do valor dos imóveis correspondente ao terreno, relegando-se esta obrigação para o processo de documentação fiscal.

Outra importante novidade deste diploma consiste na possibilidade de aplicação de quotas de depreciação ou amortização inferiores às quotas mínimas, a requerimento do interessado, junto da Direcção-Geral dos Impostos, indicando as razões que o justificam.

Com o decreto-regulamentar agora aprovado deixa também de ser possível a amortização das despesas de

instalação e de investigação, ou seja, a amortização das despesas necessárias à constituição das empresas e ao início da sua actividade.

O decreto-regulamentar agora aprovado procede, ainda,  alteração de alguns limites fiscais, designadamente, o das reintegrações de viaturas ligeiras de passageiros, podendo estas ser aceites na parte correspondente ao valor de aquisição de veículos até Eur. 40.000 e o do valor unitário de aquisição ou de produção de bens, cuja depreciação se pode efectuar num s exercício, o qual passa a ser de Eur. 1.000. E anote-se também que o método das quotas depressivas, agora, passará a ser designado por método das quotas decrescentes (mas os cálculos mantm-se).

Por último, importa referir que, embora o decreto-regulamentar agora aprovado entre em vigor em 1 de Janeiro de 2010, por motivos de segurança jurídica preve-se um regime transitório aplicável aos bens que estejam a ser amortizados aquando da entrada em vigor no novo regime, de acordo com o qual estes bens continuam a beneficiar do regime ora revogado.

Rogério M. Fernandes Ferreira
Andreia Pereira da Costa
Sérgio Brigas Afonso

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida  prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O contudo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte arfis@plmj.pt

Lisboa, 25 de Novembro de 2009
30/ 2009